

A pecuária pode desempenhar um papel significativo na captura de gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera ao adotar práticas de manejo de solo, aumentar a eficiência produtiva e manter o desmatamento zero.

Esses são os principais achados de um estudo conduzido pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da FGV (OCBio/FGV), em parceria com a consultoria Fauna Projetos, o Instituto Inttegra e a JBS e divulgado em primeira mão à EXAME.

De acordo com a pesquisa, 31% das fazendas analisadas removem mais carbono da atmosfera do que emitem. O levantamento foi realizado entre agosto de 2023 e maio de 2024, e avaliou 103 propriedades fornecedoras da Friboi – uma das marcas do portfólio da JBS – em 12 estados brasileiros.

"Também ficou nítido o efeito da recuperação dos pastos na redução das emissões. Esse conjunto indica, claramente, o caminho de adotar boas práticas agrícolas aumentando a eficiência e a qualidade da carne brasileira", afirma Eduardo Assad, pesquisador do OCBio/FGV e diretor-executivo da consultoria Fauna Projetos, que integrou a coordenação do estudo.

Segundo os pesquisadores, o tempo de envio dos bovinos para processamento, a qualidade da dieta oferecida ao gado, o manejo eficiente das pastagens e o controle do desmatamento foram os principais fatores que influenciaram os resultados.

As práticas são fundamentais para reduzir as emissões e aumentar a captura de carbono nas propriedades analisadas. Além disso, os dados mostraram que a adoção de técnicas de manejo sustentável é essencial para que a pecuária contribua de forma positiva no combate às mudanças climáticas.

1/16 Plantação de soja no Mato Grosso: a colheita de grãos cresceu 577% em 50 anos (No primeiro semestre de 2024, o complexo soja liderou os embarques)

2/16 Desembarque da soja brasileira no porto de Nantong, na China (O complexo da oleaginosa movimentou US\$ 33,53 bilhões no período)

3/16 Soja ()

4/16 Frigorífico (Em 2º lugar nas exportações aparece o setor de carnes)

5/16 Homem cercado de porcos no celeiro de uma fazenda (O setor embarcou US\$ 11,81 bilhões)

6/16 (O que representou a 14,3% das exportações do agro brasileiro.)

7/16 Biomassa da cana poderia responder por 30% da geração de energia do país (O complexo sucroalcooleiro registrou US\$ 9,22 bilhões.)

8/16 Colhedora de cana de açúcar (O que correspondeu a 11,2% do total embarcado pelo agro no 1º semestre)

9/16 Áreas de reflorestamento com plantação de eucalipto (Os produtos florestais somaram US\$ 8,34 bilhões)

10/16 (Os produtos florestais registraram um crescimento de 11,9% no primeiro semestre deste ano)

11/16 FÁBRICA DE CELULOSE: bloco europeu autorizou a formação, marcada para 14 de janeiro do ano que vem. / Fabiano Accorsi (A celulose foi responsável por 59,6% desse total, com US\$ 4,97 bilhões – alta anual de 19,5%)

12/16 Serra do Cabral, em MG: Cedro caminha para se tornar uma das maiores produtoras de café do país (Cedro/Divulgação) (O setor de café destacou-se com vendas externas de US\$ 5,31 bilhões)

13/16 Fazenda de Café do Grupo Cedro em Minas Gerais - agricultor - agricultura - agronegocios - agro - lavoura - maquinas - plantação - Foto: Leandro Fonseca data: 20/06/2023 (Um aumento de 46,1% em valor e de 52,1% em quantidade comparado ao ano anterior)

14/16 Lavoura de algodão no Mato Grosso: alternativa à soja pelo maior potencial produtivo (O algodão não cardado e não penteado atingiu um recorde de US\$ 2,68 bilhões)

15/16 Produção de algodão em Luiz Eduardo Magalhães (Um aumento de 236%)

16/16 Colheita de Algodão (Com 1,39 milhão de toneladas exportadas, um crescimento de 228%.)

Mensuração de emissões com padrão internacional

Para realizar o estudo, os pesquisadores utilizaram o método de mensuração internacional GHG Protocol, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

Esse protocolo é amplamente aceito no setor e estabelece padrões para medir as emissões e remoções de GEE – a coleta de dados foi realizada mensalmente nas fazendas, permitindo uma análise detalhada das emissões ao longo do período.

## Tocantins completa 36 anos com visão de expansão no campo

10/4/2024 | BOM DIA TOCANTINS/TV GLOBO/PALMAS | [Clique aqui para visualizar a notícia no navegador](#)

## Navios retornam ao Porto de Itajaí (foto: Divulgação)

A Receita Federal liberou nesta sexta-feira (4) o alfandegamento do Porto de Itajaí à JBS/Seara. O documento permite que os navios de contêineres voltem a atracar nos dois berços que integram a área de concessão.

A coluna apurou que o processo ainda depende de publicação em Diário Oficial – mas a empresa já teria sido notificada sobre a autorização. Trata-se, basicamente, do aval para que o terminal portuário possa operar, recebendo cargueiros de longo curso.

O processo de alfandegamento foi iniciado após a nova operadora ter assumido a área concedida do Porto, em maio deste ano. A empresa investiu mais de US\$ 30 milhões para preparar o terminal para a reabertura.

A JBS/Seara assumiu o contrato de concessão temporária da empresa paulista Mada Araújo, que venceu a licitação para movimentação de contêineres, mas não conseguiu avançar.

As tratativas para a transferência de contrato passaram por Brasília, intermediadas por políticos como o deputado federal Carlos Chiodini e Gelson Merisio.

A JBS/Seara tem cinco linhas de navios com contrato para operar no Porto de Itajaí, que aguardavam o alfandegamento. A expectativa é que as embarcações passem a atracar regularmente a partir da semana que vem.

O Porto de Itajaí tem quatro berços de atracação – dois públicos, onde é operada carga geral, como carros e bobinas de aço, e dois concedidos à iniciativa privada, para movimentação de contêineres.

O Porto está sem movimentação regular de contêineres, que são o “filé” do setor portuário, desde o final de 2022.

Leia também

[Destaques do NSC Total](#)

[Voltar](#) [Avançar](#)

Oct. 5, 2024, 12:25AM UTC

McDonald's Says Tyson and Other Suppliers Fixed Beef Prices

TRACK DOCKET: No. 1:24-cv-07017

McDonald's is suing some of its suppliers over allegations they conspired to sell the fast-food chain beef at artificially inflated prices, in violation of federal antitrust laws, according to a new lawsuit Friday.

McDonald's Corp.

alleges the suppliers coordinated to fix, raise, stabilize, or maintain the price of beef at "supracompetitive levels." The nine suppliers, which include companies like

Tyson Foods Inc.

, and

Cargill Inc.

, violated the Sherman Act through their conduct, McDonald's said in its complaint in the US District Court for the Eastern District of New York.

"Defendants and their co-conspirators implemented their conspiracy by collusively reducing the slaughter-ready cattle and beef supply, which over time artificially elevated the price of beef that they sold to Plaintiff and others," McDonald's said.

McDonald's wants a declaratory judgment affirming the conspiracy's existence, damage awards three times the amount the damages it sustained, and pre-judgment and post-judgment interest, according to the complaint. They also ask the district court to enter a permanent injunction to indefinitely enjoin the defendants from continuing their conduct.

None of the plaintiffs immediately responded to a Friday request for comment.

The fast-food giant says the conspiracy started in 2015 after some of the defendants were experiencing shrinking profit margins on their beef sales after years of drought, according to the complaint. The defendants responded by agreeing to collectively reduce and manage their slaughter volumes, which resulted in a reduction in the supply of beef.

By reducing their volumes and restraining the market, the defendants created artificially inflated beef prices to aid their profit margins, the complaint said. McDonald's alleges that some defendants even intentionally closed production plants and refrained from expanding their process capacity during this period.

"Defendants' ability to cut beef production while maintaining inflated beef prices during the conspiracy period provides compelling circumstantial evidence of their conspiracy," McDonald's said.

When comparing the slaughter capacity and output between non-conspiratorial beef producers and the defendants, the former were increasing in both categories during the same period, according to the complaint.

In 2020, Tyson Foods, JBS, and Cargill, were served subpoenas by the US Department of Justice to investigate the purported price fixing, McDonald's said. In the subsequent investigation, McDonald's said unsealed filings revealed testimonies of cattle ranchers admitting to the existence of the alleged conspiracy.

During the conspiracy period, the defendants experienced record profits, with JBS USA reporting net revenue of \$27.18 billion in 2021, which is a 25.8% increase from its profits in 2014, according to the complaint.

McDonald's alleges the defendants concealed their behavior through a series of tactics, including: avoiding paper trails by communicating via phone; offering pretextual explanations for cattle prices and

plant closures; and misrepresenting their compliance with antitrust laws, the complaint said. The case is McDonald's Corp. v. Cargill Inc. , E.D.N.Y., No. 1:24-cv-07017, complaint 10/4/24.  
Continue Reading

A Colaboração Brasileira de Bem-estar Animal (Cobea) oficializou nesta semana a adesão das sete primeiras empresas à iniciativa. Lançada no primeiro semestre deste ano, a Colaboração Brasileira de Bem-estar Animal (Cobea) oficializou nesta semana a adesão das sete primeiras empresas à iniciativa. A lista é composta por importantes atores da cadeia de proteína animal brasileira, sendo elas o Grupo IMC (International Meal Company), Special Dog Company, Minerva Foods, JBS Brasil, Planalto Ovos, Mantiqueira Brasil e Danone. A nova entidade, sem fins lucrativos, surge com o objetivo de promover práticas de bem-estar animal no país e na América Latina, buscando integração entre diversos elos da cadeia produtiva, junto à indústria, serviços e varejo.

[Clique aqui para seguir o canal do CompreRural no Whatsapp](#)

Fábrica de ração para gado de corte: qual é o momento ideal para investir?

Fábrica de ração para gado de corte: qual é o momento ideal para investir?

Segundo o diretor da Planalto Ovos, Daniel Mohallem, o principal motivo de a empresa aderir à coalizão foi a vontade de continuar aprimorando suas práticas e se manter na vanguarda do setor. “A oportunidade de expressar nossa opinião sobre temas relevantes e garantir representatividade junto a órgãos e entidades é essencial para a empresa. Acreditamos que o compartilhamento de aprendizados e boas práticas irá gerar e disseminar conhecimento, elevando o nível de bem-estar no setor produtivo e aumentando a conscientização dos consumidores”, destaca em nota o executivo. O recém-formado grupo ainda se encontra em um período de reuniões e debates sobre possíveis ações e projetos práticos que deverão ser adotados. O recém-formado grupo ainda se encontra em um período de reuniões e debates sobre possíveis ações e projetos práticos que deverão ser adotados.

Participantes da primeira reunião da Cobea.

Foto: Cobea/Divulgação

“Significativas melhorias neste campo só serão alcançadas por meio da cooperação entre os diferentes agentes da cadeia produtiva. Além disso, a transparência e a confiabilidade das informações são aspectos fundamentais para o sucesso desta iniciativa”, afirma Daniel Mohallem. Além de efetivar os primeiros membros, a Cobea também nomeou o primeiro presidente da Associação, o gerente de Desenvolvimento Sustentável da Special Dog Company, João Paulo Camarinha Figueira, que estará à frente da coalizão nos primeiros anos de atuação. “Desde o início ficou evidente que havia um propósito genuíno de avançarmos nesse tema, construindo um ambiente colaborativo entre empresas. Acreditamos que a união de empresas comprometidas com os avanços em bem-estar animal, somando experiências e competências distintas, trará velocidade e intensidade no cumprimento de nossos objetivos”, afirma Figueira em nota. Segundo o presidente, outros participantes deverão ser incluídos gradualmente. Além do setor alimentício, o grupo também informa que está aberto à adesão de representantes do setor de pet food, pelos benefícios de uma maior colaboração entre os dois grupos. “A garantia de bem-estar para aves, suínos, peixes e demais espécies que oferecem proteína animal ao mercado pet é um objetivo que buscaremos atingir de forma organizada, estratégica e consistente, a partir de nossa participação na Cobea”, diz o gerente da Special Dog Company. A Associação é uma idealização da startup Produtor do Bem. Segundo a empresa, a ideia surgiu em um simpósio, em 2023, a partir da percepção de que havia um apetite por um maior diálogo e colaboração no setor, envolvendo todos os elos da cadeia. “A Produtor do Bem idealizou e apoia esta iniciativa porque acredita que são necessárias ferramentas adicionais, além da certificação, para tornar o sistema alimentar mais sustentável. Entendemos a necessidade de mudanças sistêmicas, em que todos são necessários para progredir”, pontua o diretor-executivo da Produtor do Bem, José Ciocca. O cofundador da startup, Leonardo Vega, reforça a importância dessa

colaboração também no sentido de demonstrar a proatividade da indústria brasileira em nível global. “Estamos empenhados em mostrar ao mundo que o Brasil não apenas produz em grande escala, mas também tem buscado compromissos genuínos com o bem-estar animal e a sustentabilidade. Por meio da Cobeia, é possível compartilhar os avanços e contribuir para conversas globais sobre o futuro sustentável da agropecuária”, finaliza. Fonte: Agro Estadão VEJA TAMBÉM:

Mercado brasileiro de milho deve encerrar semana com firmeza nos preços

Forte estiagem no Paraguai ameaça fornecimento de arroz ao Brasil no período de alta de preços

Exportação de caprinos e ovinos vivos do Brasil para o Sultanato de Omã

Conteúdo publicado por Myllena Seifarth sob a supervisão do editor-chefe Thiago Pereira Quer ficar por dentro do agronegócio brasileiro e receber as principais notícias do setor em primeira mão? Para isso é só entrar em nosso grupo do WhatsApp ([clique aqui](#)) ou Telegram ([clique aqui](#)). Você também pode assinar nosso feed pelo Google Notícias Não é permitida a cópia integral do conteúdo acima. A reprodução parcial é autorizada apenas na forma de citação e com link para o conteúdo na íntegra. Plágio é crime de acordo com a Lei 9610/98.

Uma terceira arbitragem que julga o caso Eldorado, e corre em sigilo, determinou que a produtora de celulose pague a seus acionistas, J&F Investimentos e Paper Excellence, o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das S.A., referente a 2023, no

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/10/04/arbitragem-determina-que-eldorado-pague-dividendo-obrigatorio-de-2023-jf-e-paper-em-at-10-dias.ghtml>

Amazonas Energia Impasse

# Impasse faz Silveira e irmãos Batista aumentar pressão sobre a Aneel

**Ministro e donos da *Âmbar* querem que agência apresente dados sobre custo de intervenção estatal na distribuidora**

DANIEL WETERMAN  
MARIANA CARNEIRO  
BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a *Âmbar*, empresa do Grupo J&F, dos irmãos Batista, desencadearam uma estratégia para mostrar que a venda da Amazonas Energia, distribuidora de energia elétrica do Estado, cobijada pelo grupo empresarial, é a solução mais benéfica e mais barata para o consumidor.

Silveira e a *Âmbar* pressionam a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que reprovou a proposta dos irmãos Batista, a calcular e mos-

trar os custos de uma intervenção na distribuidora amazônica. A intervenção é uma medida estudada caso a companhia não tenha o controle transferido. A operação do grupo seria bancada pelos consumidores via conta de luz. O custo da intervenção, por sua vez, sairia dos cofres públicos. Procurados, o ministro, a empresa e a agência não quiseram se manifestar oficialmente.

O caso está sob impasse após a Justiça obrigar, pela segunda vez, a agência reguladora a repassar a Amazonas para a *Âmbar*. Conforme o **Estado** revelou, a Aneel desenhava cenários para uma intervenção antes mesmo da decisão judicial. Nos últimos dias, o ministro e a *Âmbar* enviaram correspondências diferentes pedindo a mesma coisa para a agência: que seja calculado quanto custaria uma intervenção federal em comparação ao que está sendo ofertado pela *Âmbar* para

assumir a empresa.

A agência marcou para a próxima terça-feira a análise do caso. O órgão recorreu à Justiça alegando que a decisão judicial não foi clara ao determinar a transferência da Amazonas Energia para os irmãos Batista, mas a juíza negou o pedido e não forneceu novos esclarecimentos.

**Reação**  
**Agentes do mercado lamentam que governo não tenha oferecido empresa a outros interessados**

O plano dos Batista teria custado de R\$ 14 bilhões para consumidores de todo o País durante 15 anos. O dinheiro corresponde ao valor a ser pago na conta de luz para bancar os problemas da concessão no Amazonas, como furto de energia e o caixa necessário para manter a empresa de pé. A Aneel enten-

de que o máximo a ser cobrado do consumidor é de R\$ 8 bilhões e exige aportes maiores da empresa no negócio.

**OFÍCIO.** Em ofício enviado à Aneel na quinta-feira, o Ministério de Minas e Energia faz referência ao diagnóstico de grupo de trabalho formado por integrantes da pasta e da agência que examinou a companhia e teve conclusão em fevereiro. Nele, havia três soluções possíveis para a Amazonas: intervenção estatal e relicitação; intervenção estatal; e transferência de controle. Das três, a que teria se mostrado menos problemática foi a transferência de controle, segundo o ministério.

O ofício pede que a agência apresente cálculos comparando o cenário de intervenção com o da transferência tendo em vista: o tempo esperado de intervenção federal, com os custos associados durante esse período; as flexibilizações

para um novo controlador e seus custos; a indenização à atual controladora da Amazonas Energia, que é o Grupo Oliveira Energia. Já a *Âmbar* encaminhou um pedido de reconsideração para a Aneel, na quarta-feira, também levantando o questionamento sobre os custos de uma intervenção.

O governo corre contra o tempo, uma vez que a medida provisória que permitiu retirar obrigações da Amazonas Energia – tornando a companhia mais “leve” para ser transferida a novos sócios – termina em 10 de outubro. O argumento do ministério e da *Âmbar*, porém, é alvo de questionamentos. Agentes do mercado de energia lamentam que o Poder Executivo não tenha feito um leilão para oferecer a potenciais interessados privados o controle da Amazonas Energia.

No caso das termoeletricas, adquiridas pela *Âmbar*, a mesma medida provisória garantiu que elas vão receber pela energia gerada – a Amazonas Energia estava inadimplente desde novembro. Os irmãos Batista arremataram as usinas dois dias antes da edição da MP, assumindo o risco de calote, o que acabou sumindo com a conta sendo bancada pelos consumidores do País. ●

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) marcou para a próxima terça-feira (8) uma reunião para aprovar a venda da distribuidora do Amazonas, a Amazonas Energia, ao grupo J&F, dos irmãos Batista.

A reunião extraordinária foi marcada pouco depois de uma decisão da Justiça Federal do Amazonas, que nega um recurso da Aneel contra determinação para aprovar a venda da distribuidora conforme a proposta do grupo J&F.

Na decisão, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe diz que há "inconformismo" da agência para aprovar a venda da Amazonas Energia (entenda mais abaixo).

Na quinta-feira (3), a Aneel entrou com "embargos de declaração" contra a decisão da juíza que obrigava a agência a aprovar a venda da distribuidora conforme a proposta submetida pela Âmbor Energia – a empresa do grupo J&F.

Integrantes da agência consideraram a decisão "confusa". Isso porque, ao determinar o seu cumprimento, Fraxe não esclarece exatamente o que deveria ser cumprido.

Ao relatar o pedido judicial da Amazonas Energia, a decisão apenas sugere que a agência deveria aprovar, em até 24 horas, a venda da distribuidora do Amazonas conforme a proposta apresentada pelo grupo J&F.

Fraxe prossegue: "Os presentes embargos se revestem, em verdade, em tentativa de se alterar o entendimento do Juízo em relação ao caso concreto." Plano aprovado

Na terça-feira (1), a Aneel aprovou o plano de transferência para a Âmbor. Contudo, os termos aprovados foram determinados pela área técnica, com custos menores aos consumidores, de R\$ 8 bilhões.

A Âmbor se recusou a assinar o contrato conforme os termos aprovados pela Aneel e, na quarta-feira (2), entrou com um recurso contra a decisão.

Por força de uma decisão judicial, a Aneel votou a transferência da Amazonas Energia para a Âmbor na sexta-feira (27) e na terça-feira (1º). Dois votos foram apresentados:

o diretor Ricardo Tili seguiu a área técnica, limitando o custo aos consumidores a R\$ 8 bilhões – esse foi o voto vencedor;

a diretora Agnes Costa seguiu a determinação judicial, aprovando a transferência de controle conforme o último plano submetido pela empresa, com custo de R\$ 14 bilhões aos consumidores.

Prazo apertado

A Âmbor Energia corre contra o tempo para aprovar a transferência de controle.

Isso porque o governo Lula publicou uma medida provisória que prevê a venda da Amazonas Energia com flexibilizações de custos, transferidas ao consumidor, o que torna o negócio mais atrativo para a empresa.

Contudo, por falta de deliberação pelo Congresso, essa MP perde validade no próximo dia 10.

Por causa da MP, os seguintes custos da distribuidora podem ser transferidos para a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) – paga por todos os consumidores:

furtos de energia, que são altos no Amazonas;

ônus com sobrecontratação involuntária --quando a distribuidora tem mais geração de energia contratada que o consumo de seus clientes;

e outras despesas regulatórias, como custos operacionais e receitas irrecuperáveis (contas de consumidores inadimplentes).

Pela decisão da Aneel, na última terça-feira (1º), esses custos seriam limitados a R\$ 8 bilhões, mas a Âmbar Energia considera que as condições tornariam a recuperação da Amazonas Energia inviável.

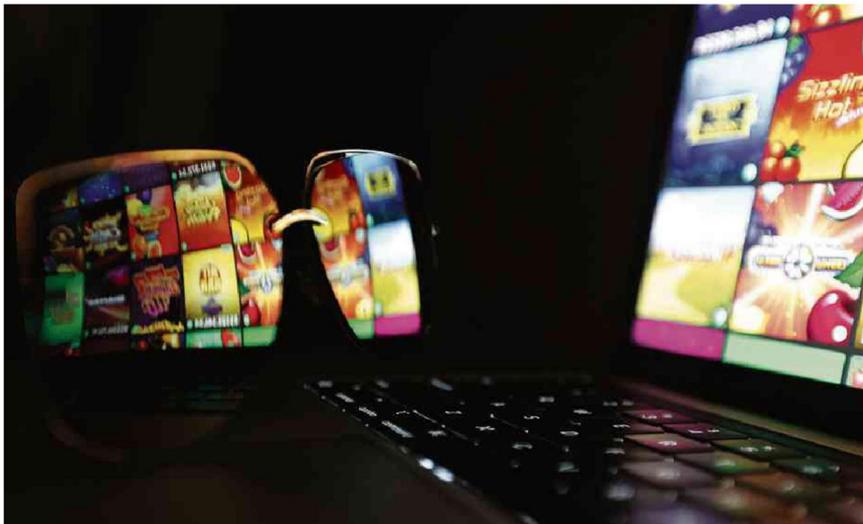
Entenda o impasse

A Amazonas Energia é a distribuidora responsável pelos serviços de energia no estado do Amazonas.

A empresa enfrenta uma crise financeira que levou à recomendação de cassação do contrato junto ao Ministério de Minas e Energia

## **Beneficiário do Bolsa Família gastou R\$ 210 mi, dizem bets**

Estudo contratado pelo setor de apostas aponta que beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 210 milhões com bets em agosto, e não R\$ 3 bilhões, como disse nota técnica do BC. A autarquia não comentou. **A21**



Site de apostas aberto em notebook Pedro Affonso - 2.out.24/Folhapress

# Beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 210 mi em aposta, não R\$ 3 bi, diz estudo de bets

Associação afirma que BC superestima receita de sites e não leva em conta todos os valores devolvidos; autoridade monetária não comenta

Pedro S. Teixeira

**SÃO PAULO** Estudo contratado pelo setor de apostas estima que as beneficiárias do Bolsa Família gastaram R\$ 210 milhões com bets em agosto. A análise da LCA Consultoria Econômica teve como base a nota técnica do Banco Central, que identificou R\$ 3 bilhões em transferências por Pix dessas pessoas a esses sites no mês, sem levar conta, na visão das plataformas, o valor devolvido em prêmios.

O levantamento considera o valor enviado à plataforma, o dinheiro que retorna ao jogador e o que fica retido pela empresa — tanto taxas quanto depósitos deixados pelo jogador para futuras apostas. A cifra corresponde a 1,5% dos R\$ 14,1 bi repassados aos beneficiários naquele mês.

Esses R\$ 210 milhões são a diferença entre o total de apostas feitas e o total pago em prêmios, levando em conta taxa de retorno de 93%, a média praticada pelas associadas ao Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

Esse índice de retorno é chamado de RTP (return to player), uma porcentagem do dinheiro apostado que volta aos apostadores. Nesse caso, de cada R\$ 100 apostados, R\$ 93 voltariam aos apostadores, na média de todos os jogos.

Não quer dizer que cada jogador receba R\$ 93 para cada R\$ 100 que apostou, mas que os apostadores que ganham (a minoria de todos os apostadores) receberia um valor correspondente a 93% do total apostado pelo conjunto dos que jogaram nas bets.

O número é maior do que o exigido pela portaria da Fazenda que regulamentou o setor, com

índice mínimo de 85%, em regra que começa a valer em janeiro. Essa foi a taxa estimada pelo BC na nota técnica. Se ela for usada como parâmetro, os gastos subiriam para R\$ 450 mi (R\$ 3 bi em apostas e R\$ 2,55 bi em prêmios).

Mas, diz o IBJR, o RTP no Brasil fica mais próximo dos 7%. “A própria competição do mercado estimula que as operadoras, para atrair os apostadores, paguem prêmios maiores, reduzindo o valor retido”, diz o diretor da LCA Eric Brasil, o autor do estudo.

Hoje, no mercado cinza vivido pelo país, porém, não há garantias de que um retorno ao jogador mínimo seja praticado pelo site. Como a regulação ainda vai entrar em vigor, não há controle nem dados oficiais sobre o setor.

O Banco Central não comenta as conclusões das bets. A entidade disse, no estudo divulgado no dia 24, que a margem de 15% poderia estar subestimada. Afirmou ainda que os dados de movimentação não consideravam pagamentos feitos com cartão ou TED.

O IBJR diz, por outro lado, que os valores depositados são inflados pelos jogadores que apostam, ganham, sacam o dinheiro e depois o depositam para apostar de novo.

Na semana passada, a Folha mostrou que a análise do BC deixou lacunas sobre critérios adotados no levantamento e gerou questionamentos no governo.

Na quinta (3), o governo recuou, por ora, de bloquear o cartão do Bolsa Família para apostas, ideia aventada após a divulgação dos dados. A avaliação é a de que é melhor esperar para ver como medidas anunciadas pela Fazenda podem impactar o mercado.

Pelos cálculos da LCA, a tribu-

tação das casas de apostas antes da reforma tributária ficará em 27% sobre a receita — os custos operacionais, em 58%. Entra na conta PIS/Cofins, ISS, IPRJ, CSLL e alíquota adicional de 12% criada pela lei que regula as bets.

O imposto setorial teria como destinação educação, esporte, segurança pública, seguridade social, turismo e a medidas relacionadas ao setor de jogos — 2,5% dos 12%, por exemplo, teriam como destino a prevenção da dependência em apostas.

Hoje, o setor pressiona o governo para se manter fora do imposto seletivo, aplicado a produtos e serviços nocivos à saúde. Segundo cálculos da Associação Nacional de Jogos e Loterias, a tributação chegaria a 48% da receita se as bets forem incluídas no chamado “imposto do pecado”.

Aumentar a tributação sobre os sites de apostas é uma das medidas mencionadas por profissionais de saúde para desincentivar o jogo, porque os custos tributários teriam de ser repassados ao consumidor. Assim, os gastos nessa atividade ficariam mais evidentes para o usuário.

O estudo da LCA também indica que o tamanho total do mercado de apostas deveria ser calculado com base na receita, não no valor total movimentado, que pode variar de R\$ 216 bilhões a R\$ 249 bilhões, de acordo com o estudo do Banco Central.

Por isso, o mercado seria avaliado em algo entre R\$ 34,9 bilhões, de acordo com a margem do Banco Central, e R\$ 16,3 bilhões, segundo a margem de 7% dita pelas bets.

Nesse cálculo, o valor destinado a bets ficaria entre 0,1% e 0,3% do consumo das famílias.

O ex-diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) Luis Rua assumiu nesta sexta-feira, 4, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) da pasta. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União. O então secretário Roberto Perosa deixou o cargo para retornar ao setor privado, como antecipado pelo Broadcast Agro/Coluna do Estadão.

“Foi uma escolha técnica. Rua tem experiência internacional e capacidade de dar sequência ao trabalho com a equipe e na integração com a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Ele dará sequência favorável ao trabalho de Perosa, que fez uma grande gestão”, disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em entrevista exclusiva ao Broadcast Agro/Coluna do Estadão.

Para Fávaro, é fundamental a conexão entre as duas secretarias — de Comércio e de Defesa Agropecuária — para os processos de ampliação e aberturas de mercado. “Nossa sanidade, a nossa capacidade de entrega com qualidade e segurança dos nossos produtos é sinônimo também de oportunidades para aberturas de mercado. E Rua tem esse sincronismo”, acrescentou o ministro.

A SCRI é a pasta responsável pelas negociações bilaterais envolvendo o agronegócio e conduz o processo de aberturas de mercado, que chega a 248 novos mercados desde o início de 2023.

A escolha de Rua é bem-vista no setor privado pela sua experiência em negociações para aberturas de mercado, em estudos de inteligência comercial e expertise em relacionamento com governos e embaixadas. Rua estava à frente da diretoria de Mercados da ABPA desde 2020 e integrou várias comitivas internacionais do governo no cargo.

Anteriormente, ele atuou como gerente de Relações Corporativas para a América Latina da BRF, com sede na Argentina. Ele também já foi vice-presidente do Departamento de Comércio Internacional da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Brasil-Argentina (Cambras) e teve passagens pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Natural de Mogi Guaçu (SP), Rua é graduado em Relações Internacionais e em Economia pela Facamp e pós-graduado em Agronegócios pela ESALQ-USP e mestre em Economia Internacional pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Um novo mercado para os créditos de carbono brasileiros se abre com a edição da nova norma dos Fiagros, fundos que investem nas cadeias produtivas do agronegócio.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou nesta semana norma que regulamenta esse tipo de veículo de investimento e, entre as novidades, abre a possibilidade de que eles apliquem em créditos de carbono originados no contexto da atividade do agronegócio.

A norma foi bem recebida por ter acolhido várias demandas do mercado e não limitar a aplicação ao mercado regulado de carbono, que ainda não existe no Brasil, como outras normas do regulador do mercado de capitais.

A possibilidade de que esse ativo chegue a fundos oferecidos a investidores do varejo também foi comemorada.

A norma define créditos de carbono do agronegócio da seguinte forma: “Títulos representativos da efetiva redução da emissão ou da remoção de gases do efeito estufa da atmosfera, nos termos da legislação e regulamentação específicas, originados no âmbito das atividades das cadeias produtivas do agronegócio”.

(Aqui vale a pena uma breve recapitulação sobre os mercados de carbono.

O chamado regulado, tema de um PL em tramitação no Senado, representa um mecanismo que obriga empresas de setores muito poluentes a reduzir suas emissões. Isso tipicamente se faz num ambiente de cap and trade. Grosso modo, entes regulados que forem além de sua obrigação de cortes negociam seus excedentes com quem está devendo.

No mercado voluntário, não há regulamentação nenhuma. No caso brasileiro, os créditos são gerados principalmente em atividades de preservação da floresta e vendidos a empresas que decidiram compensar suas emissões de carbono mesmo sem serem obrigadas por lei – voluntariamente, daí o nome.)

A CVM tirou do texto a diferenciação entre o mercado voluntário e regulado, lógica que acompanha os temas ligados a crédito de carbono, observa Flávio B. Lugão, sócio de fundos de investimento e asset management do Mattos Filho.

Uma versão anterior do texto, que foi colocado em audiência pública, previa limitações no investimento em créditos de carbono do mercado voluntário.

“A alternativa que a CVM trouxe para o texto foi muito interessante, em deixar aberto e se adequar à legislação quando ela existir”, diz José Pugas, sócio e head de investimentos responsáveis e engajamento da JGP Asset Management.

Os Fiagros foram criados com o objetivo de aumentar a possibilidade de financiamento do agronegócio e ampliar o seu rol de investidores. A nova norma, chamada de resolução CVM 214, substitui a norma temporária de 2021 (resolução CVM 39), que serviu como um período de testes para o mercado.

Com isenção de imposto de renda para pessoas físicas, esse tipo de fundo foi bem recebido e cresceu no período. Entre julho de 2021 e junho deste ano, o patrimônio líquido desses fundos alcançou R\$ 37 bilhões, distribuídos entre 115 fundos.

“O agronegócio representa quase um terço do PIB, mas não tinha ainda grandes oportunidades para investidores”, diz Yuri Rugai Marinho, fundador e CEO da Econ Soluções Ambientais.

As novas regras entram em vigor em 3 de março de 2025. Os Fiagros que já estão em funcionamento terão até 30 de junho de 2025 para se adaptar.

Além dos créditos de carbono, a norma da CVM abre a possibilidade de diversificar os ativos que podem entrar nas carteiras dos fundos de agro, ampliando o leque de estratégias que os gestores poderão usar.

Na norma anterior, os Fiagros operavam sobre regulamentos feitos para outros tipos de veículos, sobretudo dos fundos imobiliários (FIIs).

A novidade de poder constituir uma espécie de Fiagro multimercados, que reúna aportes em ativos diversos, foi destacado como um benefício. Serão permitidos investimentos em compra de imóveis rurais, participação societária em empresas de agro, títulos de renda fixa (como LCA, LCI e CPR), cotas de fundos como FIPs, FIDCs e ETFs, além de Créditos de Descarbonização (CBIOS).

Gestores de recursos, advogados e desenvolvedores de projetos de carbono estão digerindo a nova norma e há dúvidas de como eles serão incorporados às carteiras. Mas a avaliação parece positiva no geral.

“Essas mudanças vão fomentar e alavancar esse mercado, de forma que o Fiagro pode se tornar relevante para o financiamento de projetos de créditos de carbono desenvolvidos na atividade do agro”, diz Antonio Augusto Reis, sócio de direito ambiental e mudanças climáticas do Mattos Filho.

Não está claro, por exemplo, se os fundos poderão apenas negociar créditos de carbono já emitidos ou financiar a etapa anterior, que é colocar dinheiro no projeto de desenvolvimento do crédito.

No entendimento do Mattos Filho, pela ampla categoria de ativos permitidos nos Fiagros, é possível que eles não apenas negociem os créditos de carbono, mas também os emitam a partir dos imóveis rurais em sua carteira.

“O regulador mudou, da primeira versão do texto, títulos ‘negociados’ para ‘originados’, o que abre a possibilidade de o Fiagro participar do mercado primário de crédito de carbono”, diz Lugão.

Esse entendimento se adequaria, assim, à realidade do mercado de desenvolvimento de projetos de carbono. Da mesma forma que o produtor agropecuário precisa de financiamento para o plantio, investir para ter a safra e o retorno lá na frente, os projetos de carbono têm a mesma característica, diz Marinho, da Eccon.

“É preciso bastante dinheiro para fazer um projeto, sua elaboração, certificação, manter uma equipe especializada”, afirma. No entendimento do executivo, a norma não permite que os Fiagros financiem projetos, apenas negocie os créditos.

Um ponto que a norma deixa claro é a responsabilidade do gestor por verificar a existência, integridade e titularidade dos créditos de carbono adquiridos. “Deixa claro também a responsabilidade para ter padrões de registro [do ativo] que sejam reconhecidos. Ou seja, fecha as portas para os cowboys do carbono”, diz Pugas.

O mercado de carbono já viu casos de emissão fraudulenta. “Esse ponto é delicado, porque há casos de crédito vendido por A numa propriedade que era de B, casos de grilagem de terras”, diz Marinho.

Atualmente, a geração de créditos de carbono pelo agronegócio é ainda incipiente. Os grandes produtores ainda estão no estágio de medir suas emissões e capturas para fazer inventário.

No Brasil, o mercado voluntário de carbono tem, basicamente, três tipos de projetos.

Os REDD+, baseados na preservação de florestas, são de longe os mais comuns no Brasil. Há os ARR, de projetos de reflorestamento e restauração de áreas degradadas. Por fim, há os IALM (Improved Agricultural Land Management), proveniente de técnicas de agricultura sustentável ou regenerativa, cujas práticas têm grande potencial de sequestrar carbono.

Além da recuperação de terras degradadas para atividades produtivas, a agricultura brasileira tem grande potencial para gerar créditos de carbono por ter uma matriz energética renovável e um manejo da terra que usa práticas que evitam a emissão de gases, como plantio direto e de cobertura.

“Se medir as emissões e captura de carbono do cultivo, excluindo o desmatamento, o Brasil está abaixo

da linha de base mundial”, diz Marinho, da Eccon.

Segundo ele, várias empresas se movimentam para montar seus projetos, e o agronegócio sustentável deve começar a emitir créditos de carbono em breve.

Pugas, da JGP, tem a mesma percepção. “Hoje é um mercado nascente, mas já tem contratos sendo firmados. No momento em que se cria um veículo de investimento, o mercado financeiro se interessa e fluxo de capital acontece”, diz o executivo, otimista.

Incêndios destruíram um território equivalente ao da Paraíba só no mês de agosto; maioria dos casos foi em áreas de pastagens

04/10/2024 às 04:05

Compartilhar matéria Copiar Link

As mudanças climáticas apresentam impactos claros no mundo, e no agronegócio não é diferente. Mas agora, com a situação de seca e queimadas que atingem todo o Brasil, a situação se agravou.

Segundo um levantamento da Neogrid, cedido com exclusividade à CNN, produtos essenciais, como café, feijão, carnes e leite, encareceram com a piora da crise.

O aumento do número dos incêndios se deu ao longo de agosto, e a pesquisa aponta que, em um período de seis semanas, o preço das carnes bovinas foi o mais afetado.

Em específico o da picanha, que saltou 43,5%, de R\$ 59,62 na semana de 4 de agosto para R\$ 85,56 na de 15 de setembro.

A Flourish chart

“O aumento dos focos de incêndio intensificou o prejuízo sofrido pela produção de alimentos, que já vinha sendo afetada pelas secas”, explica Anna Fercher, head de Customer Success e Insights da Neogrid.

“Os impactos ocorrem na agropecuária devido à migração para a criação de gado em confinamento, o que envolve custos muito maiores e influencia diretamente no preço da carne e dos lácteos.”

Já o leite subiu 9,6% no mesmo recorte, saindo de R\$ 6,02 por litro para R\$ 6,60, segundo os dados cedidos à CNN.

Leia Mais

São Paulo e Mato Grosso lideram prejuízos no agronegócio por queimadas

Governo deve liberar seguro a pescadores do norte e nordeste em meio à seca, diz ministro

Governo pede à Aneel que utilize saldo da "conta bandeira" para baratear conta de luz

De acordo com a MapBiomass, as queimadas destruíram um território equivalente ao da Paraíba só no mês de agosto. A maioria dos casos foi em áreas de pastagens usadas para a pecuária.

Perda de colheita

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) afirma que, só no interior do estado de São Paulo, cerca de 230 mil hectares de lavouras de cana-de-açúcar — ou 75% da produção paulista — foram atingidos em agosto.

O reflexo no preço do açúcar refinado foi de 5,9%, de acordo com a Neogrid. Porém, o café e o feijão viram altas ainda mais expressivas entre agosto e setembro, com seus subprodutos subindo até 14,4% e 22,1%, respectivamente.

A Flourish chart

A Flourish chart

“Os produtores estão enfrentando perda da colheita e da área para plantio com a antecipação da entressafra forçada, o que acaba refletindo nos custos de produção e na disponibilidade dos alimentos em gôndola e interferindo diretamente no preço dos itens”, analisa Fercher.

“Com o avanço das queimadas e a persistência da seca, a estimativa é de que os gastos com a produção dos alimentos continuem subindo e esses aumentos sejam repassados ao consumidor.”

Débora Oliveira: Secas e queimadas ampliam risco de alta da inflação | CNN NOVO DIA

Acompanhe Economia nas Redes Sociais

facebook twitter instagram

Siga no google news

Queimadas deixaram picanha 43,5% mais cara e café sobe 14%, aponta pesquisa | CNN Brasil

10/4/2024 | CNN BRASIL ONLINE | [Clique aqui para visualizar a notícia no navegador](#)

Continuação

Tópicos Alimentos Café Carne Bovina Feijão Picanha Preço dos alimentos Queimadas

1 de 1 Todos os grupos de produtos estudados tiveram aumento, com destaque para o açúcar, que subiu 10,4%

Todos os grupos de produtos estudados tiveram aumento, com destaque para o açúcar, que subiu 10,4% Freepik

Os preços mundiais dos alimentos tiveram, em setembro, o maior aumento em 18 meses, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O indicador da entidade, que leva em consideração uma cesta de produtos comercializada mundialmente, registrou 124,4 pontos no mês, com alta de 3% ante agosto e de 2,1% em comparação a setembro de 2023.

+Veja mais cotações na ferramenta da Globo Rural

Todos os grupos de produtos estudados tiveram aumento, com destaque para o açúcar, que subiu 10,4%.

Segundo a FAO, o adoçante foi influenciado pela queda nas perspectivas da safra brasileira, devido ao clima seco prolongado e pelos incêndios em áreas produtoras no mês de agosto. Outro ponto de suporte são as incertezas dos negociantes de açúcar sobre a decisão da Índia de suspender as restrições à produção de etanol de cana e se isso fará migrar o uso da matéria-prima no país mais para biocombustível que para o açúcar.

Os preços dos cereais subiram 3% no mês, devido aos maiores valores do trigo e do milho. “Os aumentos internacionais nos preços do trigo refletem em grande parte as preocupações com as condições excessivamente úmidas no Canadá e na União Europeia, embora sejam parcialmente compensados por suprimentos com preços competitivos da região do Mar Negro. Os aumentos nos preços do milho ocorreram porque os níveis de água estavam baixos nas principais rotas de transporte ao longo do Rio Madeira no Brasil e do Rio Mississippi nos EUA”, diz a FAO, em relatório.

Os preços dos laticínios subiram 3,8% em setembro, refletindo os valores mais altos do leite em pó integral, leite em pó desnatado, manteiga e queijo.

Os preços da carne subiram 0,4% no mês, principalmente devido à carne de aves, já que a demanda por importação de produtos brasileiros continua forte. Já os preços da carne bovina e suína permaneceram estáveis.

Por fim, o indicador da FAO para óleos vegetais subiu 4,6% em setembro, com o preço dos óleos de palma, soja, girassol e canola saltando devido à produção menor do que o esperado nos principais países produtores do Sudeste Asiático.

Em setembro de 2024, as exportações tiveram um leve crescimento de 0,3% em comparação com o mesmo mês de 2023, totalizando US\$ 28,79 bilhões. Por outro lado, as importações subiram 19,9%, alcançando US\$ 23,43 bilhões. O superávit da balança comercial em setembro foi de US\$ 5,36 bilhões, redução de 41,6%, em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o superávit foi de US\$ 9,2 bilhões. O comércio exterior como um todo cresceu 8,2%, atingindo US\$ 52,21 bilhões.

Entre janeiro e setembro de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações aumentaram 0,8%, somando US\$ 255,46 bilhões, enquanto as importações subiram 8,0%, totalizando US\$ 196,34 bilhões. Esse desempenho resultou em um superávit comercial de US\$ 59,12 bilhões, uma queda de 17,4%, e o volume total de comércio subiu 3,8%, alcançando US\$ 451,79 bilhões.

Para Luiz Felipe Bazzo, CEO do transferbank, o crescimento das exportações foi modesto, impulsionado principalmente pelo bom desempenho da Indústria de Transformação, que registrou um aumento de 16,8%.

- Produtos como carne bovina, celulose e veículos automotivos desempenharam papel fundamental nesse crescimento, destacando a competitividade e a demanda por produtos industrializados brasileiros. No entanto, houve quedas expressivas nos setores de Agropecuária (-12,1%) e Indústria Extrativa (-19,8%), com destaque para a retração nas vendas de soja, minério de ferro e petróleo bruto.

Do lado das importações, segundo ele, o aumento expressivo de 19,9% reflete uma demanda interna aquecida, principalmente na Indústria de Transformação, que teve alta de 18,5%, e na Indústria Extrativa, que cresceu 45,9%. Produtos como gás natural e fertilizantes químicos puxaram esse crescimento, reforçando a dependência de insumos externos para o setor produtivo. Embora o saldo da balança comercial tenha permanecido positivo, o superávit foi significativamente reduzido em comparação com o ano anterior, caindo 41,6%, devido ao aumento das importações.

- Apesar do crescimento em alguns setores, o Brasil enfrenta desafios na manutenção de um superávit comercial robusto. O aumento das importações, impulsionado pela necessidade de insumos e commodities, aliado às quedas nas exportações de setores-chave como a agropecuária e a indústria extrativa, apresenta um cenário de atenção para a competitividade global dos produtos brasileiros.



O ministro Fernando Haddad, que espera, com Imposto Mínimo Global, reduzir erosão da base tributária Adriano Machado - 3.out.24/Reuters

# Governo cria imposto com tributação mínima de 15% para multinacionais

MP se baseia em acordo assinado por mais de 140 países com regras definidas pela OCDE; Receita Federal diz que menos de mil companhias serão afetadas

Adriana Fernandes, Eduardo Cuculo e Stéfanie Rigamonti

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou uma MP (medida provisória) que cria no Brasil o chamado Imposto Mínimo Global. O objetivo da nova tributação é garantir uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de empresas multinacionais.

A nova tributação faz parte da estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de aumentar a arrecadação e proteger o Brasil contra a chamada erosão da base tributária provocada por mecanismos usados pelas empresas para pagar menos impostos.

A MP cria um adicional à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), que tem como finalidade garantir a efetividade da alíquota mínima de 15%.

A tributação está prevista nas Regras GloBE (regras globais antierosão da base tributária, na sigla em inglês) aprovadas pelo Quadro Inclusivo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e do G20 em setembro de 2021.

O imposto global já entrou em vigor em janeiro deste ano na União Europeia, no Reino Unido e em outras grandes economias.

A Receita Federal disse nesta sexta-feira (4) que a nova regra afetará um grupo muito pequeno de empresas nacionais.

Das companhias ativas mapeadas em 2022 no país, entre companhias brasileiras e internacionais (7,9 milhões), 8.704 estão na faixa de faturamento que as coloca na mira da nova regra. Dessas, 957 pagam menos de 15% de tributos sobre o lucro (0,01% do

total). A maioria são multinacionais estrangeiras. Cerca de 20 empresas têm majoritariamente capital nacional.

Em entrevista no escritório da Fazenda em São Paulo, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, enfatizou que a medida não afetará pequenas, médias e nem mesmo as grandes empresas. Disse também que, se o Brasil não cobrar o imposto mínimo, a empresa será taxada no exterior, já que vários países já adotaram a tributação mínima.

“É uma medida defensiva do Brasil para que não se perca essa base tributária para outro país. Se não cobrarmos essa diferença, algum outro o fará”, afirmou o secretário.

“Estamos tratando de grandes grupos multinacionais, que faturam anualmente mais de € 750 milhões, ou seja, mais de R\$ 4 bilhões a cada ano. É preciso que esse grupo multinacional tenha apresentado esse faturamento bilionário em pelo menos dois dos últimos quatro anos.” Esse nível de faturamento é global.

O secretário afirmou que, embora o Brasil tenha uma alíquota nominal de 34% sobre o lucro das grandes empresas, a tributação média é inferior a 20%, devido a uma série de benefícios fiscais e “jabutis” aprovados para reduzir essa carga.

Barreirinhas pontuou que a medida tem por objetivo inserir o Brasil nos padrões internacionais de tributação.

Daniel Loria, diretor da secretaria da reforma tributária, afirmou que o governo não está aumentando a carga de impostos desses grupos econômicos, mas

“É uma medida defensiva do Brasil para que não se perca essa base tributária para outro país. Se não cobrarmos essa diferença, algum outro o fará”

Robinson Barreirinhas  
secretário especial  
da Receita Federal

**R\$ 3,4 bi**

é a expectativa de arrecadação com a medida em 2026

**R\$ 7,3 bi**

é quanto se espera arrecadar em 2027

**R\$ 7,7 bi**

é a estimativa de receita para 2028

garantindo que o Brasil fique com a parcela justa dos tributos sobre o lucro e não perca essa arrecadação para outros países que também estão adotando a regra do imposto mínimo global.

Há uma regra que permite reduzir esse lucro tributável com base nos investimentos e na folha de pagamentos da empresa. Para isso, aplica-se um percentual previsto na lei sobre os ativos e o gasto com salários, o que gera um valor em reais para ser abatido da base de tributação.

Também há previsão de não prejudicar empresas que possuem benefícios fiscais dentro das regras internacionais que reduzem sua tributação sobre o lucro.

A expectativa de arrecadação com a MP é de R\$ 3,4 bilhões em 2026, R\$ 7,3 bilhões para 2027 e de R\$ 7,7 bilhões a partir de 2028.

Para o próximo ano não há expectativa de arrecadação adicional com a medida, já que é preciso que se complete um ano inteiro para que se apure corretamente o lucro das empresas. A medida vai vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, e o primeiro pagamento do adicional da CSLL ocorre até julho de 2026.

Claudia Pimentel, subsecretária de tributação e contencioso da Receita, afirmou que o governo optou por fazer a cobrança com a CSLL, uma contribuição, que não é dividida com estados e municípios, em vez de usar o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que é compartilhado, porque a primeira tem uma legislação mais flexível e que permite fazer essas diferenciações de cobrança entre empresas.

Leia mais na coluna de Adriana Fernandes, na pág. A20

## Entenda o Imposto Mínimo Global que começa a ser cobrado no Brasil em 2026

### O QUE É?

- O Brasil faz parte de um acordo global, de mais de 140 países, para cobrar um imposto mínimo de 15% sobre o lucro das maiores multinacionais do planeta, conforme regras definidas pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
- São alcançadas empresas com receita global a partir de € 750 milhões (R\$ 4 bilhões), considerando ao menos 2 dos 4 anos fiscais anteriores ao analisado

### QUEM JÁ COBRA ESSE TRIBUTO?

- Em 2024, 36 jurisdições já adotaram os 15%, e outras 20 vão cobrar a partir de 2025, cobrando 90% dessas companhias

### QUEM TEM PRIORIDADE PARA FAZER A COBRANÇA?

- A prioridade de cobrar o imposto é do país no qual ocorre a tributação abaixo desse percentual
- Se a empresa não recolher o tributo mínimo sobre seu lucro no Brasil, por exemplo, o país-sede da companhia poderá fazê-lo

### QUAIS EMPRESAS PODEM SER TRIBUTADAS?

- A Receita afirma que o Brasil tinha 7,9 milhões de companhias ativas em 2022, entre brasileiras e internacionais. Há 8.704 na faixa de faturamento da nova regra, mas apenas 957 pagam menos de 15% de tributos sobre o lucro (0,01% do total). A maioria são multinacionais estrangeiras. Cerca de 20 empresas têm majoritariamente capital nacional

### COMO É FEITO ESSE CÁLCULO?

- A empresa vai apurar seu lucro anual no Brasil e verificar a tributação efetiva. Se o percentual estiver abaixo de 15%, a diferença será tributada com um adicional de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- Se a alíquota efetiva for de 10%, por exemplo, serão cobrados mais 5% sobre o mesmo valor

### O QUE É A CSLL?

- É uma contribuição destinada à seguridade social e que incide sobre o lucro líquido. Arrecadação fica toda com o governo federal. A maioria das grandes empresas é tributada com 9% de CSLL e 15% de Imposto de Renda sobre o lucro, mas benefícios fiscais, brechas na legislação e outros artifícios fazem a alíquota total efetiva média ficar abaixo de 20%

### QUANDO O BRASIL COMEÇA A COBRAR O TRIBUTO?

- O adicional da CSLL foi instituído pela MP 1.262, publicada na quinta (3) e que dá ao Brasil o direito de exercer a prioridade na cobrança do tributo complementar sobre o lucro das múltiplas que atuam no país. Ele começa a valer em janeiro de 2025. Como a apuração é anual, o primeiro pagamento será feito em 2026

### QUAL A ARRECADAÇÃO ESPERADA?

- A expectativa é de R\$ 3,4 bilhões em 2026, R\$ 7,3 bilhões para 2027 e de R\$ 7,7 bilhões a partir de 2028

# A nova onda de medidas tributárias

Governo acelera o passo para reforçar receitas e melhorar eficiência do sistema

**Adriana Fernandes**

Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

Antes mesmo do fim das eleições municipais, o Ministério da Fazenda começou a acelerar o passo no lançamento de medidas tributárias que podem reforçar as receitas do governo nos próximos anos e também melhorar a eficiência do sistema brasileiro.

Em menos de 48 horas, o presidente Lula baixou duas medidas provisórias, e outros projetos já estão na boca do caixa para serem enviados ao Congresso.

Uma das MPs cria o chamado Imposto Mínimo Global, para garantir uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de empresas multinacionais.

A outra MP, publicada na quarta-feira (2), garante uma arrecadação adicional de R\$ 16 bilhões em 2025 e cerca de R\$ 35 bilhões em três anos.

A medida não tem fim arrecadatório. Mas o adiamento da entrada em vigor de uma regra tributária para os bancos aprovada em 2022 evitará a diminuição do imposto pago pelas instituições financeiras.

A arrecadação não estava prevista na proposta de Orçamento de 2025. O que dá ao governo um alívio pelo lado das receitas. Do lado das despesas, o Orçamento segue apertado com o limite de gastos permitido no arcabouço fiscal já todo ocupado.

Com finalidades diferentes, as duas medidas incrementam as receitas do governo. Mas são também uma fonte de grande atenção para a equipe de Fernando Haddad com o “pessoal do gasto” no governo e no Congresso.

A Fazenda já tem no Congresso um projeto que aumenta as alíquotas da CSLL e o do JCP para arrecadar mais R\$ 21 bilhões só em 2025. Sem esse projeto, as contas não fecham.

O temor é que os congressistas achem que, diante das novas MPs, a aprovação da alta dos tributos para todas as empresas não seja mais necessária. O Senado já rejeitou a medida durante a votação do projeto de desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores e municípios.

À coluna um interlocutor do ministro diz que a Fazenda não pode e nem vai usar a medida para compensar nenhuma perda de arrecadação com desonerações ou mesmo sustentar aumento do gasto.

Publicamente, as autoridades já descartaram que os recursos serão usados para compensar a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Lula quer a elevação da faixa de isenção para até R\$ 5.000, e a promessa de campanha segue em aberto.

O governo vai usar a receita maior dos bancos em projetos que visam melhorar a eficiência. Um deles já está pronto para ser enviado e recebeu novas medidas nas últimas semanas. Trata-se da proposta de reforma na tributação das aplicações financeiras. Isoladamente algumas medidas podem até exigir compensações pela perda de arrecadação. Não se espera aumento da carga tributária.

Hoje, a tributação no mercado é bastante ineficiente, o que dificulta determinados tipos de operação no mercado financeiro. Há uma profusão de tratamentos tributários díspares, e o projeto pretende corrigir esses problemas mexendo, por exemplo, na tributação do IR das operações de hedge feitas no exterior e dos chamados ETFs, fundos que investem em uma carteira diversificada de ativos e cobram taxas de administração muito baixas e são negociados diretamente em Bolsa. São a modalidade de ativo que mais cresce no mundo.

A taxação das big techs e o pontapé inicial da reforma da renda pela pessoa física também são esperados para depois das eleições. Vem por aí uma segunda onda de medidas tributárias.

**A taxação das big techs e o pontapé inicial da reforma da renda pela pessoa física também são esperados para depois das eleições. Vem por aí uma segunda onda de medidas tributárias**

Contas públicas Trabalho de convencimento

# Moody's vira munição por corte de gasto

*Haddad quer usar o aumento de rating do País como argumento para convencer Lula a abraçar, de fato, medidas de ajuste fiscal – vistas como essenciais pela agência*

## ESTADÃOANALISA

ALVARO GRIBEL  
BRASÍLIA

**A** possibilidade de o País recuperar o grau de investimento pela Moody's é um trunfo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, usará para tentar convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a apoiar medidas de ajuste fiscal pelo lado da despesa. O entendimento é de que, como a agência colocou a perspectiva do rating como "positiva", isso significa que o governo brasileiro poderá receber um novo aumento da nota entre 12 e 18 meses à frente. Ou seja, bem próximo das eleições presidenciais.

A interlocutores, Haddad tem demonstrado otimismo com essa possibilidade, o que teria um forte impacto político, já que a condução da economia pelo PT foi um dos principais lemas de campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro contra o partido nas eleições de 2022.

Recuperar o selo de "bom pagador", pelo entendimento da Fazenda, enfraqueceria essa tese, o que deixaria a oposição com um discurso a menos no pleito de 2026, quando muito provavelmente Lula tentará a reeleição.

Na terça-feira passada, numa decisão considerada surpreendente por parte dos analistas, a agência de classificação de risco elevou a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, deixando o País a apenas um degrau do chamado grau de investimento. A perspectiva para o rating brasileiro também continua "positiva".

Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, a vice-presidente da Moody's para risco soberano, Samar Maziad, alertou, porém, que o grau de investimento ainda depende da adoção de mais medidas que ajudem a conter o aumento das despesas obrigatórias. ●



## Governo reduz projeção de superávit comercial para 2024

Contêineres em navio no porto de Santos; balança tem superávit de US\$ 5,4 bi em setembro, mas, com queda nas exportações, expectativa de saldo no ano é reduzida de US\$ 79,2 bi para US\$ 70,4 bi Amanda Perobelli - 30.abr.24/Reuters

# EUA criam mais empregos que o esperado, e mercado vê corte menor nos juros em novembro

País gera 254 mil vagas em setembro, ante uma expectativa de 140 mil; para Mohamed El-Erian, dados sugerem que 'inflação não está morta'

Colby Smith e Nicholas Megaw

WASHINGTON E NOVA YORK | FINANCIAL TIMES A economia dos EUA adicionou 254 mil empregos em setembro, o que superou expectativas e levou operadores a aumentar apostas de que o Fed (Federal Reserve) reduzirá as taxas de juros em ritmo mais lento após corte significativo no mês passado.

O número do Bureau of Labor Statistics superou as estimativas dos economistas consultados pela Reuters, que previam 140 mil vagas, e registrou ganho revisado para cima de 159 mil empregos em agosto.

A taxa de desemprego caiu para 4,1%, após ter se aproximado do maior número dos últimos três anos em julho, de 4,3%.

O relatório sugere que o Fed está no caminho certo para realizar um chamado pouso suave para a economia, que enfrentou o pior período de alta inflação em uma geração, mantendo ao mesmo tempo um crescimento robusto e forte emprego.

A resiliência do mercado de trabalho também é uma vantagem para a atual vice-presidente democrata Kamala Harris, que está empatada nas pesquisas de opinião com o candidato republicano Donald Trump pouco antes da eleição presidencial do próximo mês.

Os dados são "boas notícias para os trabalhadores e famílias americanas", afirmou o presidente Joe Biden nesta sexta-feira (4).

Mark Zandi, economista-chefe da Moody's Analytics, afirmou: "Você não poderia pintar um quadro mais bonito do mercado de trabalho e da economia em geral. Se esse relatório não silenci-

ar os alarmistas da recessão, então nada o fará."

Zandi disse esperar que o cenário econômico positivo seja um "vento favorável significativo" para a candidatura de Harris à Casa Branca, que provavelmente permanecerá promissor à medida que o Fed continua a reduzir as taxas de juros.

O Fed cortou no mês passado sua taxa de juros em 0,50 ponto percentual para prevenir um enfraquecimento significativo do mercado de trabalho. A medida deixou a taxa de referência do Fed em 4,75% a 5%.

Após a divulgação dos dados desta sexta, operadores nos mercados futuros apostaram que o Fed optaria por corte menor, de

**+**  
**Petróleo tem maior salto semanal em quase 2 anos com conflitos no Oriente Médio**

Os preços do petróleo subiram mais uma vez nesta sexta-feira (4) e fecharam com a maior alta semanal em mais de um ano devido à crescente escalada da guerra no Oriente Médio. Os ganhos foram limitados porque o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, desencorajou Israel de atacar instalações iranianas de petróleo.

Os futuros do petróleo Brent subiram US\$ 0,43, ou 0,6%, a US\$ 78,05 por barril, enquanto os futuros do petróleo West Texas Intermediate dos EUA subiram US\$ 0,67, ou 0,9%, a US\$ 74,38 por barril.

Na base semanal, o petróleo Brent ganhou mais de 8%, a maior alta em uma semana desde janeiro de 2023. O WTI ganhou 9,1% na semana, o maior ganho desde março de 2023.

0,25 ponto, na próxima reunião, em novembro. Eles praticamente abandonaram as apostas de que o banco central optaria por outra redução de 0,50 ponto.

Austan Goolsbee, presidente da filial de Chicago do Fed, disse que o último relatório foi "excelente" em entrevista à Bloomberg TV.

Os rendimentos do Tesouro subiram logo após a publicação dos dados. O rendimento do Tesouro de dois anos, que é sensível às expectativas de taxas de juros, aumentou quase 0,21 ponto percentual para um pico de um mês de 3,92%. O S&P 500 subiu 0,5% nesta sexta.

Já o dólar subiu 0,6% em relação a uma cesta de moedas após os dados. A moeda subiu mais de 2% desde o dia 27 de setembro, colocando-a no caminho para sua semana mais forte em mais de dois anos.

No Brasil, a divisa recuou 0,34% para R\$ 5,455, e a Bolsa teve leve alta de 0,09%, aos 131.791 pontos.

Para o economista e presidente do Queens' College Cambridge, Mohamed El-Erian, o relatório reforça que "a inflação não está morta" e o momento deve ser de foco do Fed na luta contra o aumento dos preços.

O crescimento do emprego nos EUA foi mais forte no setor de lazer e hospitalidade, especificamente em restaurantes e bares. Essas categorias geraram quase 70 mil postos. Os na área de saúde aumentaram em 45 mil vagas.

O presidente do Fed, Jerome Powell, insinuou nesta semana que o banco central voltaria ao seu corte mais usual de 0,25 ponto quando se reunir novamente, logo após as eleições presidenciais, desde que a economia não se deteriore inesperadamente.

# G20 endossa combustíveis sustentáveis em carta de energia, e governo Lula comemora

## FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Fábio Pupo e Alexa Salomão

**FOZ DO IGUAÇU** Os ministros de energia do G20 aprovaram nesta sexta-feira (4) por unanimidade a declaração final dos trabalhos conduzidos durante a semana em Foz do Iguaçu. No texto, prometem, entre outros pontos, apoiar o desenvolvimento de sistemas padrão para medir emissões de combustíveis sustentáveis — ponto de interesse do Brasil.

O tema vem recebendo atenção prioritária da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As reuniões do G20 durante a semana tiveram em sua abertura uma apresentação da Agência Internacional de Energia (AIE) propondo justamente um sistema padrão que permita identificar o quanto sustentável o combustível é, facilitando a aceitação e a comercialização em nível global.

A forma sobre como essas metodologias serão unificadas ainda não é um consenso e diversos pontos ainda enfrentam resistên-

cia. Mas a mera menção a esse esforço na carta já é considerada uma vitória pelo lado brasileiro — inclusive porque é a primeira vez que um texto de energia do G20 é aprovado por unanimidade desde 2021.

Na carta, os ministros dizem encorajar o desenvolvimento de metodologias e padrões com o objetivo de “aumentar a consistência nas abordagens para avaliar as emissões de gases de efeito estufa de combustíveis sustentáveis”. A carta também ressalta a importância de “uma variedade de combustíveis e tecnologias sustentáveis”, incluindo a redução e remoção de carbono.

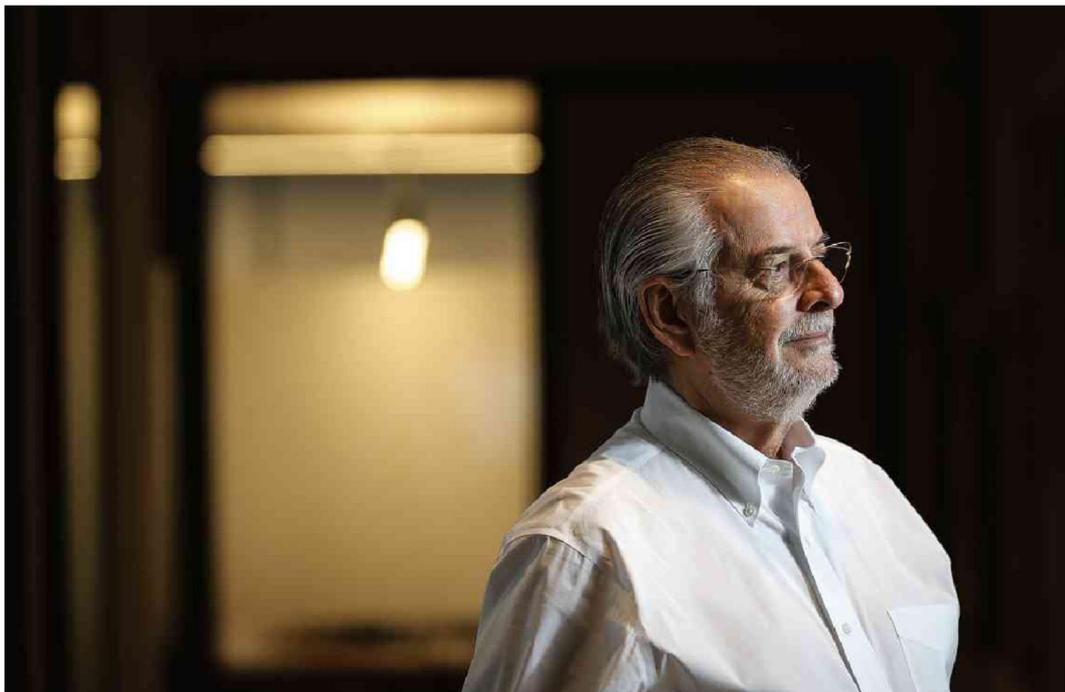
O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comemorou a aprovação do texto.

“É um presente para o Brasil. É um momento que o Brasil recebe um gesto de reconhecimento à sua mais vigorosa defesa do diálogo global para que alcancemos a paz e nós sabemos que ela só se dará de forma efetiva e sólida com prosperidade. E não há prosperidade sem justiça energética”, disse.



## Princípios endossados pelo G20

- Planejamento energético para transições energéticas justas e inclusivas
- Erradicação da pobreza energética
- Diálogo social e participação das partes
- Proteção social
- Inclusividade nas políticas
- Respeito aos direitos
- Investir em soluções acessíveis e confiáveis para transições energéticas justas e inclusivas
- Implementar soluções seguras e sustentáveis
- Crescimento econômico sustentável e inclusivo para todos
- Empregos de qualidade e desenvolvimento da força de trabalho



Zanone Fraissat/Folhapress

# Crise climática se enfrenta com alternativas como a bionergia

Presidente da Copa Energia, dona das marcas Copagaz e Liquigás, diz que empresa negocia novas aquisições, após compra da CTG para impulsionar entrada no biometano em busca de fontes mais limpas

## FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA ENERGIA EM TRANSIÇÃO

Joana Cunha

**SÃO PAULO** Depois da compra da CTG (Companhia de Transporte de Gás), anunciada em abril, a Copa Energia prevê novas aquisições para os próximos meses, segundo Caio Turquetto, presidente da empresa, dona das marcas Copagaz e Liquigás.

Especializada em engarrafamento, comercialização e distribuição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), de origem fóssil, a Copa vê na chegada da CTG um meio de impulsionar sua entrada no mercado de biometano, o que deve ajudar nos planos de diversificação da matriz energética da empresa em busca de fontes mais limpas.

“Negar a questão climática é um absurdo. Você viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Ficamos um mês praticamente com o terminal inundado. Todas as empresas que estavam ali, o estado como um todo, todos sofreram. Isso é uma condição climática. Cessou a chuva, começa a seca, os incêndios no Brasil. E como enfrenta isso? Buscando alternativas em bio”, diz Turquetto.

\*

**A Copa é uma empresa de GLP, mas tem demonstrado intenção de diversificar a matriz energética com a entrada em biome-**

**tano e outras fontes de energias renováveis. Em que pé estão esses esforços?** É uma matriz que a gente vem desenvolvendo já há alguns anos. Temos, há quatro anos, uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tentando novas fontes energéticas. Com a USP e a UFRRJ, estamos desenvolvendo uma matriz de BioGLP. Devemos começar a produzir no fim de 2025 e no início de 2026.

É uma longa estrada. Mas estamos trabalhando. A proposta é ter uma multiplicidade de fontes energéticas, principalmente pela capilaridade que a companhia tem. Isso dá condição de testar vários segmentos, de fornecimento, prospecção de energia.

É inexorável que o clima mudou. Temos de nos preparar para essa nova etapa de vida que vem à frente. O BioGLP parte do princípio de que o GLP, da matriz de gás, é o menos poluente deles, mas tem uma emissão. Então o BioGLP vem exatamente para neutralizar essa parte de emissão.

A companhia tem se empenhado. E o meio acadêmico é um caminho importante. Os convênios que temos desenvolvido com as universidades têm sido absolutamente proveitosos.

**Em emissão de carbono, como esse BioGLP se compara com o GLP tradicional de origem fóssil?** Você neutraliza a emissão de carbono com o insumo agrícola, basicamente massa de tor-

ta de cana. Qual é o problema aqui? Não pode ter uma sazonalidade de safra. Então tem que estocar determinados produtos para manter uma linha constante de abastecimento. E esse abastecimento de produto agrícola é o que vai neutralizar o carbono.

**Além da cana, vocês trabalham com a fonte de aterro sanitário?** No caso do aterro sanitário, é o biometano. Ele já faz a emissão de gás biometano. O que fazemos é o tratamento desse gás. Há seis meses, a Copa Energia adquiriu a CTG (Companhia de Transporte de Gás). Isso é o primeiro passo para entrarmos na linha do biometano. A CTG faz o papel de um duto virtual.

Aqui, no caso, tem um terminal em Atibaia, onde há uma válvula de drenagem. E ela vai abastecer o duto, a cidade de Campos do Jordão, que é toda dutada, mas não tem uma conexão com o duto físico. Então a CTG carrega esse tanque, pressuriza e descarrega na linha. Ela chega lá, descarrega na cidade e volta para abastecer na linha. É uma maneira de manter a cidade com gás natural que sai ali a 100 km de distância. Isso é o primeiro passo do aprendizado.

A mesma tecnologia se aplica em outros casos, em biometano, biogás. Nós estamos desenvolvendo a trilha aqui. Estamos também trabalhando com hidrogênio, injeção de hidrogênio na cabeça do pistão dos caminhões de transporte de longa distân-



**Negar a questão climática é um absurdo. Você viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Ficamos um mês praticamente com o terminal inundado. Todas as empresas que estavam ali, o estado como um todo, todos sofreram**

**É inexorável que o clima mudou. Temos de nos preparar para essa nova etapa de vida que vem à frente. O BioGLP parte do princípio de que o GLP, da matriz de gás, é o menos poluente deles, mas tem uma emissão. Então o BioGLP vem exatamente para neutralizar essa parte de emissão**

### Caio Turquetto

Presidente da Copa Energia desde 2018, o empresário, que entrou no Grupo Zahran em 1977 como gerente do departamento de obras e engenharia da Copagaz, foi vice-presidente da holding entre 1990 e 2017

cia, o que tem gerado uma economia de 12% no consumo e reduz a emissão de carbono.

Estamos com várias frentes abertas, não só no gás. Estamos também entrando para o mercado de energia de fato. Estivemos no Chile para conhecer uma unidade de 44 megawatts, que é toda gerada em GLP. Fernando de Noronha, por exemplo, está proibido o trânsito de veículos com motor a combustão. Só automóvel elétrico. Mas quem gera energia para esse automóvel é uma usina tocada a diesel. Então, não neutraliza nada. A nossa propositura é que a gente possa instalar lá uma base de geração em GLP. Temos várias perspectivas andando.

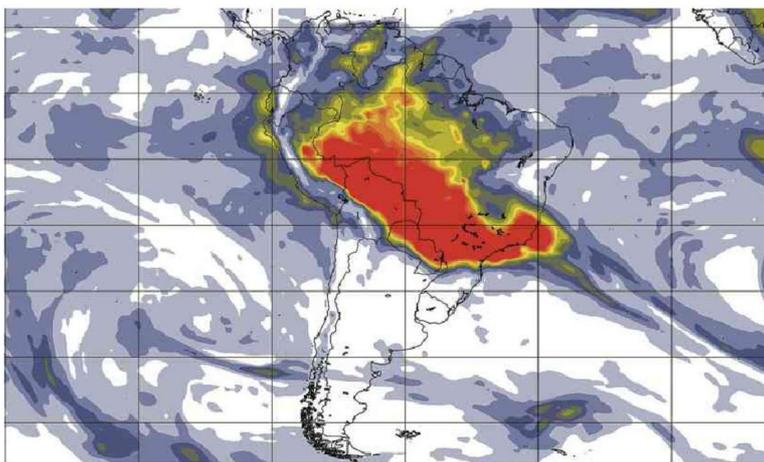
**Há outros planos de aquisição?** Está em andamento, com outras negociações, que devem fechar em alguns meses. Então, provavelmente trabalhando na cadeia de GNL [Gás Natural Liquefeito] também. Enfim, estamos diversificando.

**E como está a maturidade da demanda? As empresas consumidoras estão dispostas a pagar por esse apelo ambiental?** Dependendo do produto que você produz ou da empresa que você trabalha, tem a necessidade até de um selo verde. Nós vamos para o efeito da neutralização do carbono. E a empresa vai pagar um prêmio por isso. O desenvolvimento do processo também não é barato. Esse novo projeto que estamos iniciando tem uns R\$ 4 milhões orçados só da parte de P&D [pesquisa e desenvolvimento]. Estamos num momento de transição, não só a Copa Energia, o mundo todo.

**Como tem avaliado a atual situação climática? A transição energética vai dar conta de tentar reverter esse processo a tempo de evitar algo pior?** Eu acho que ela é mais consequência desse fator do que geradora. Negar a questão climática é um absurdo. Você viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Ficamos um mês praticamente com o terminal inundado. Todas as empresas que estavam ali, o estado como um todo, todos sofreram. Isso é uma condição climática. Cessou a chuva, começa a seca, os incêndios no Brasil. Negar que há uma transformação é absurdo. E como enfrenta isso? Buscando alternativas em bio.

O biometano já existe no Brasil mas nunca foi explorado potencialmente. Os aterros sanitários não foram formulados para produzir usina de biometano. Agora, estamos começando a transformar. Todo o mundo começa a olhar com o objetivo de neutralização. Virou um outro negócio, não um simples reparo de lixo.

**A empresa tem investido em eletrificação da frota?** Nas pequenas frotas, já estamos com 100% no etanol. Não estamos energizando, pois no nosso mercado de gás tem uma discussão grande sobre risco de incêndio com bateria de lítio. E o nosso produto é um gás inflamável. Então, não temos ideia de colocar na nossa frota ainda, até que se desenvolva uma tecnologia para cobrir esse risco.



Mapa mostra mancha de poluição causada por incêndios na sexta (4) Divulgação/Copernicus

# Ministério revê estratégia e quer decreto para barrar grilagem de terra **queimada**

Proposta de bloqueio de 10 anos para regularização foi incluída em MP, mas ideia foi repensada para evitar impasse no Congresso

André Borges

**BRASÍLIA** Um decreto elaborado pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente) prevê que áreas federais na Amazônia que sejam alvos de **queimadas** passem a ser bloqueadas para regeneração, travando eventuais processos de regularização fundiária. O objetivo da medida é atacar os crimes que acontecem em áreas tomadas pela grilagem, ou seja, ocupações irregulares.

Pelo texto do decreto, ao qual a Folha teve acesso, essas áreas ficariam bloqueadas pelo prazo de dez anos, período em que passariam a ser tratadas como território voltado, especificamente, à regeneração da floresta.

No mês passado, essa proposta chegou a fazer parte de uma medida provisória que o MMA encaminhou à Casa Civil. Houve o entendimento, entretanto, de que uma medida provisória poderia enfrentar resistências dentro do Congresso e, no fim, resultar em um texto ainda mais frágil para o controle e fiscalização da floresta.

A nova proposta, agora em forma de decreto presidencial, chegou à Casa Civil na semana passada. No entendimento da pasta comanda por Marina Silva, este seria o melhor caminho para viabilizar a mudança, porque esta não teria um caráter punitivo sobre eventuais ocupantes das áreas, e sim protetivo, para preservar uma terra que pertence à União.

Ao embargar terras públicas com **queimadas**, o governo mira invasores que, muitas vezes, usam as **queimadas** para ampliar a ocupação irregular e, em seguida, solicitar ao Incri pedidos de regularização e ocupação do local.

A Folha apurou que o Incri tem



## Rio Negro atinge menor nível em 122 anos

O rio Negro atingiu na quinta-feira (3) 12,68 m de profundidade, seu nível mais baixo em 122 anos de medição em Manaus. A marca quebra o recorde negativo de 12,70 m registrado em 26 de outubro do ano passado, piorando a situação de seca da Amazônia, que teve em 2023 a mais severa dos últimos tempos.

Os dados são do Sistema Hidro do SGB (Serviço Geológico do Brasil), que registrou o recorde negativo às 17h30 de quinta.

Segundo o Greenpeace Brasil, desde 1º de outubro, o rio tem secado 14 cm por dia, mas chegou a secar mais de 25 cm por dia na primeira semana de setembro.

Para se ter uma noção da severidade da atual seca no rio Negro na região de Manaus, o maior nível que o rio já alcançou no local foi de 30 m, em junho de 2021.

resistência à ideia, com receio de que a mudança possa impor dificuldades a processos que estejam em andamento.

O texto do decreto, porém, prevê exceções, caso o ocupante de uma área tenha aderido ao Programa de Regularização Ambiental do governo federal e assumido o compromisso de restauração ou regeneração plena da área atingida, além de ter que adotar ações preventivas, de preparação e de combate a novos incêndios florestais.

O fato é que, seja por meio de decreto ou de medida provisória, a bancada ruralista tem reagido às propostas enviadas pelo Planalto.

O deputado federal Zé Vitor (PL-MG) já apresentou um projeto de decreto legislativo (PDL) que pretende anular os efeitos do decreto publicado pelo governo federal em setembro, que aumentou as penas para crimes ambientais, em especial, os incêndios florestais.

O argumento do parlamentar é de que produtores que não provocaram fogo podem acabar punidos, ao terem suas áreas embargadas.

As novas medidas legais para fechar o cerco contra os incêndios decorrem do entendimento no governo de que o fogo, normalmente tratado como um "problema menor" do **desmatamento**, tem fugido do controle e passou a ser uma das principais ameaças às metas ambientais e de emissões assumidas pelo Palácio do Planalto, que se comprometeu em ter o **desmatamento** zero até 2030.

O Ministério da Justiça informou que a Polícia Federal já abriu 101 inquéritos para investigar os incêndios no país, que sempre são causados pela ação humana, salvo raríssimas exceções.